

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.986 - PR (2020/0259475-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : A.B.JUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO : ANDRÉ MASSIGNAN BEREJUK - PR036179
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR : HELOISA HELENA DE OLIVEIRA SOARES E OUTRO(S) - PR021415

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por A.B.JUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

I APELAÇÃO CÍVEL EXECUÇÃO FISCAL ISS CONSTRUÇÃO CIVIL MATERIAIS EMPREGADOS NA OBRA IMPOSSIBILIDADE DE CONSTITUÍREM A BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTOS II – IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DOS MATERIAIS DA BASE DE CÁLCULO DO ISS INEXISTÊNCIA DE PROVA DA AQUISIÇÃO E DO EMPREGO DOS MATERIAIS NA CONSTRUÇÃO CIVIL NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO MONTANTE DESPENDIDO III RECURSO PROVIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO COM A INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBENCIA

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, a parte alega divergência de interpretação jurisprudencial em relação à exigência de apresentação das notas fiscais relativas aos materiais empregados na construção civil para fins de dedução da base de cálculo do ISS, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Os materiais empregados na prestação de serviços de edificação e reformas, na construção civil, não compõem a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços, devendo ocorrer sua dedução, a fim de que a exação seja realizada em consonância com a regra matriz da incidência tributária.

[...]

Em síntese: a sentença de origem reconheceu que a utilização de materiais pela recorrente foi devidamente comprovada na seq. 1.4 a 1.10 dos autos de origem, onde a recorrente apresentou fotocópia integral do Processo Administrativo Fiscal nº

74.922/2012.

[...]

Nesse esteio, o acórdão apresenta o entendimento do STJ de que não apenas os materiais adquiridos de terceiros pelo prestador, comprovados por nota fiscal de aquisição, podem ser deduzidos; de modo extensivo, o abatimento deve compreender todos os materiais, o que inclui aqueles produzidos pelo prestador no canteiro de obras. Por evidente, no que pertine aos materiais produzidos pelo prestador, no se há falar na apresentação de notas fiscais para fins de comprovação de sua aquisição

[...]

Em síntese, o acórdão recorrido e o paradigma diferenciam -se em seu entendimento na medida em que i) o acórdão recorrido exige a individualização dos materiais por meio das respectivas notas fiscais, com a devida indicação dos valores de sua aquisição, enquanto ii) o acórdão paradigma dispensa a apresentação das notas fiscais dos materiais, pouco importando sua origem, uma vez que podem ser abatidos da base de cálculo do ISS inclusive aqueles produzidos pelo próprio prestador, em seu canteiro de obras (fls. 535/542).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 341, 373, I e II, e 374, II e III, do CPC, no que concerne à inexistência de controvérsia nos autos quanto à efetiva utilização de materiais pela recorrente em sua prestação de serviços, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Por outro lado, é preciso ressaltar que a efetiva utilização de materiais pela recorrente em sua prestação de serviços, além de reconhecidamente comprovada, não foi objeto de contestação em tempo algum nos autos.

Ou seja: o recorrido reconheceu e admitiu que a prestação de serviços da recorrente é realizada valendo-se do emprego de materiais. Esse fato é incontroverso nos autos.

E nem diferente poderia ser. Na engenharia civil, especificamente para atividades de edificação e reforma, o emprego de materiais é condição sine qua non. É possível afirmar que, sem o emprego de materiais, a atividade é de impossível realização.

[...]

Portanto, ao decidir com base em controvérsia inexistente nos autos, o acórdão recorrido viola os artigos 341; 373, I e II; e 374, II e III, todos do CPC, o que deve ser reconhecido por este Recurso Especial (fls. 543/544).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Todavia, como bem analisou o eminente Procurador da Justiça Mário Sergio de Quadros Précoma:

(...)

“o que aduz o Município de Curitiba é a impossibilidade de dedução dos materiais da base de cálculo do ISS, quando não haver prova da aquisição e do emprego dos materiais nas respectivas obras de construção civil.

Insta observar, que não basta para o abatimento, a mera alegação da aquisição de materiais e sua utilização na prestação do serviço. Neste particular, deve-se frisar que a comprovação da quantidade, espécie e valor dos materiais efetivamente utilizados na obra não demanda maiores dificuldades, bastando que o contribuinte apresente juntamente com a nota fiscal dos serviços, as notas fiscais de entrada dos materiais e eventuais serviços correspondentes ao valor especificado naquele documento, com a identificação de que foram, de fato, empregados na obra.

Diante das provas juntadas aos autos, não há como declarar a não

incidência do tributo, já que não foram especificados os materiais. Desse modo, o ente público tributante não fica obrigado a deduzir, da base de cálculo do ISS, os valores referentes aos materiais, em tese, utilizados pela autora, tendo em vista a impossibilidade de mensurar o montante que deveria ser descontado.

Assim sendo, merecem prosperar as razões do Município ora apelante, vez que reconhecida a impossibilidade de dedução, da base de cálculo do ISS, dos materiais utilizados nos serviços de construção civil, à míngua de comprovação da quantidade, espécie e valor dos materiais que teriam sido utilizados na prestação dos serviços (fls. 518/519).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente